

O ethos capitalista: Uma crítica a noção sacrificial da racionalidade neoliberal*

Thadeu da Silva Souza **

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma via filosófica possível para o desenvolvimento da crítica ao *ethos* capitalista. Nos últimos anos nota-se uma espécie de eterno retorno ao estado de crise do sistema econômico. Nesse contexto, a exigência de sacrifício humanos em nome do equilíbrio financeiro recai sobre os mais pobres. Desse modo, defendemos que a crítica ao *ethos* capitalista deve passar, primeiramente, pela racionalidade neoliberal que o preside, especificamente, pela noção sacrificial que a fundamenta. Para tanto, buscamos os aportes teóricos do pensamento de Franz Hinkelammert. Para ele, o capitalismo se desenvolveu como forma de religião do Deus Mercado que exige o sacrifício de vidas humanas para continuar existindo.

Palavras-chave: Ethos capitalista; Racionalidade neoliberal; Crise econômica; Sacrifícios humanos.

* Artigo recebido em 31/07/2020 e aprovado para publicação em 30/09/2020.

** Licenciado em Filosofia pelo Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (UNIFEG) e Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UNIMEP). thadeusilvasouza@yahoo.com.br.

Introdução

Todo *ethos* é orientado por uma *racionalidade intrínseca* que cumpre uma função estratégica no interior do próprio *ethos*. Essa *racionalidade intrínseca* é responsável por produzir determinados modos de vida, na medida em que está voltada “para a questão decisiva do dever-ser e para um tipo de leitura normativa e teleológica do universo humano do sentido” (LIMA VAZ, 1995, p. 57). No seio da modernidade ocidental coexistem múltiplas formas de racionalidade que inspiram uma pluralidade de modelos éticos. Esses *ethos* particulares – o *ethos* econômico, *ethos* cultural, *ethos* político, *ethos* social propriamente dito – são “mediações “através das quais a *praxis* do indivíduo se socializa na forma de hábitos (*ethos-hexis*)” (LIMA VAZ, 2013, p.22).

Para Lima Vaz (2013), com o surgimento da sociedade moderna, o *ethos* econômico “alcançou uma dimensão e um peso enormes” tornando “aguda e atual a questão da natureza e o alcance do influxo exercido pela esfera da produção sobre outras esferas e subconjuntos da sociedade”. Nesse sentido, ele elabora uma crítica interessante ao fenômeno das largas dimensões que a esfera da economia tomou na modernidade se “constituindo em versão planetária da ‘economia-mundo’” (LIMA VAZ, 2013, p. 24). Sobre as consequências desse fenômeno, Lima Vaz diz:

Ora, a racionalidade que organiza em sistema a produção material é necessariamente uma racionalidade instrumental, pois a acumulação da riqueza não é um fim em si. A riqueza se produz indefinidamente, circula e se consome: é por excelência, o reino do ‘mau infinito’. Assim, a ideologia que se estende como um véu sobre os interesses que organizam em seu benefício a racionalidade econômica exclui, por definição, qualquer objetividade dos fins do domínio ético, vem a ser, qualquer racionalidade intrínseca ao próprio *ethos* (LIMA VAZ, 2013, p. 24).

Podemos dizer que a acumulação de riquezas é resultado da produção material que, por sua vez, é determinada pela racionalidade instrumental. Portanto, a relação produção/riqueza possui uma finalidade instrumental. Isso significa que ela é meio para atingir um fim exterior a si mesma. Acontece que na sociedade moderna esse processo sofre uma inversão e a acumulação de riquezas passa a ter fim em si mesma. Acumula-se com a finalidade de acumular mais riquezas. É uma lógica de acúmulo infinito de bens assentada em bases finitas de matéria prima e trabalho humano. Isso exclui qualquer domínio da finalidade ética, a qual a economia deveria submeter-se “tendo em vista a autorrealização do indivíduo, os bens exteriores, inclusive a riqueza” (LIMA VAZ, 2013, p. 24). Para Manfredo Oliveira, o *ethos* econômico se desenvolveu de modo tão acelerado e exitoso na América Latina, e mais ainda no Brasil, que a racionalidade

econômica não apenas negou radicalmente a racionalidade instrumental, mas fez “emergir um *ethos* capitalista” (OLIVEIRA, 2002, p. 45).

Considerando o desenvolvimento histórico e social do capitalismo defendemos que o *ethos* capitalista se orienta por um determinado tipo de racionalidade, a saber, a *racionalidade neoliberal*. Nesse sentido, Pierre Dardot e Christian Laval, no livro *A nova razão do mundo* afirmam que “o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). Portanto, criticar o *ethos* capitalista contemporâneo, em sua lógica que exclui qualquer “objetividade dos fins do domínio ético”, pressupõe uma crítica a racionalidade neoliberal que o preside.

Nesse sentido, o filósofo Javier Herrero, no artigo *O “ethos” atual e a ética*, levanta uma questão pertinente à ética contemporânea. Ele questiona: “como redescobrir o valor ético da solidariedade se os mecanismos do dinheiro e do poder avocam para si a única capacidade de integração social, até planetária, na globalização econômica atual?” (2004, p.154). A redescoberta do valor ético da solidariedade é nossa motivação para elaborar uma crítica ao *ethos* capitalista. Nesse sentido, nos interessa responder ao questionamento de Herrero. Entretanto, não pretendemos esgotar a resposta a essa pergunta, mas temos como objetivo indicar uma via teórica para colaborar em possíveis respostas.

Portanto, queremos apresentar aspectos da crítica desenvolvida na América Latina por um setor da Teologia da Libertação. Trata-se dos teólogos referenciados na Escola do DEI - *Departamento Ecuménico de Investigaciones*¹. Para eles, a redescoberta do valor ético da solidariedade passa, primeiramente, pela crítica ao *ethos* capitalista e, muito especificamente, às construções teológicas da racionalidade que o preside, a saber, a racionalidade neoliberal. Manfredo Araújo de Oliveira, em seu livro *Desafios éticos da globalização* (2008), citando os teólogos latino-americanos, sugere que a *Idolatria do Capital* é uma questão que se impõe a ética na contemporaneidade.

Um dos teólogos mais importantes desse setor da Teologia da Libertação é Franz Hinkelammert. Ele é economista e um grande conhecedor de Marx, com formação filosófica e rodeado de teólogos da libertação. Seu lugar de enunciação é o mundo periférico pós-colonial latino-americano (DUSSEL, 2016). Atualmente Hinkelammert tem desenvolvido teses que relacionam teologia e economia para criticar o *ethos* capitalista. Desse modo, apresentaremos aspectos do pensamento de Hinkelammert, especificamente sua crítica à construção teológica do *sacrifício* presente na racionalidade econômica neoliberal. Trata-se,

¹ Trata-se o DEI de um centro de pesquisa e formação que foi imaginado no início de 1970, em Santiago do Chile, por uma tríade de expressivos pensadores latino-americanos: Franz Hinkelammert; Hugo Assmann e Pablo Richard. Foi fundado em 1976, em San José, na Costa Rica, por Hinkelammert e Assmann.

portanto, de uma crítica aos fundamentos do *ethos* capitalista que, para ele, se desenvolveu como forma de religião do Deus Mercado (HINKELAMMERT, 2017).

1. Crise e medidas neoliberais de controle econômico

A crise financeira internacional iniciada em meados de 2007, cujo epicentro foram os Estados Unidos, estimulou pesquisas consideráveis nas áreas da economia, da sociologia e da filosofia com o objetivo de compreender o que estava acontecendo com o sistema capitalista neoliberal. Um dos dados constatáveis é que a crise não foi um fenômeno circunscrito, mas ela se estendeu primeiramente pelos países do “centro” do sistema – esse pode ser considerado um novo aspecto da crise –, até produzir consequências profundas em nível global. Se guardarmos as devidas proporções, podemos dizer que vivemos uma espécie de eterno retorno ao cenário de crise financeira do capitalismo (KRUGMAN, 2009). Esse cenário recorrente impacta negativamente a vida de milhões de pessoas em todo o mundo até os dias atuais.

No segundo semestre de 2019, o Brasil se viu diante de um problema crucial para a maioria de sua população. O legislativo estava para aprovar a Reforma da Previdência apresentada pelo governo federal depois de um longo caminho percorrido para se chegar à composição final do texto. A Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 não foi bem acolhida pela sociedade. Uma das principais pautas dos setores críticos, estava relacionada com a previsão de consequências danosas para os segmentos mais vulneráveis da proteção previdenciária. A PEC 6/2019 foi aprovada em novembro pelo legislativo.

Para o presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, a PEC está inserida no plano de controle da economia brasileira. Sua defesa foi amplamente divulgada pelas mídias sociais. Nos seus discursos as consequências eram legitimadas pelo conceito teológico de *sacrifício*. Para o presidente, “a Reforma da Previdência atenderá a todos. O *sacrifício* tem que ser dividido por todos para que possamos colher o sucesso lá na frente”². Seu ministro da economia, Paulo Guedes, defendia o projeto fazendo uso da mesma categoria para legitimar os reajustes. Segundo Guedes, “nós queremos saber o sacrifício que podemos fazer pelo Brasil nessa hora e não o que o Brasil pode fazer por nós”³.

Para especialistas da Economia Política, os mais pobres, os que estão inseridos no mercado de trabalho de forma mais precária, os trabalhadores rurais e as mulheres são os principais sacrificados. Falar em sacrifícios aqui

² Veja em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/07/03/bolsonaro-diz-que-reforma-da-previdencia-atendera-a-todos-e-sacrificio-tera-de-ser-dividido-por-todos.ghtml> Acesso em 18 jun. 2020

³Veja em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/05/15/guedes-critica-reajustes-e-cobra-sacrificio-de-funcionarios-publicos.ghtml> Acesso em 18 jun. 2020

significa dizer que, em um futuro próximo, milhões de trabalhadores e trabalhadoras não terão benefício condigno para sobreviver. Estamos falando, portanto, sobre a morte de milhares de pessoas, principalmente do mais pobres legitimadas pela necessidade de assegurar o controle da economia⁴. A apologia econômica do sacrifício, não está apenas no discurso do presidente brasileiro e de seu ministro da economia, mas, em muitas partes do mundo, governos defendem os sacrifícios humanos como única medida para a saída da crise. Não se trata apenas de retórica, mas de fundamentos teológicos presentes na racionalidade econômica que mobilizam o funcionamento do sistema capitalista neoliberal. Nesse sentido, podemos nos perguntar: *se os mais pobres são os principais sacrificados pelas políticas de austeridade, eles são os culpados pela crise econômica?*

2. Crise estrutural do capitalismo

As obras de István Mészáros reúnem um importante instrumental teórico para pensar a crise do sistema capitalista neoliberal. Uma de suas teses fundamentais é sobre a *crise estrutural do capitalismo*. No contexto da crise econômica de 2008, o filósofo húngaro afirmou que estávamos diante “de uma crise habitual, porque capitalismo e crise são sinônimos” (MÉSZÁROS, 2008). Essa relação identitária entre capitalismo e crise se expressa em crises regulares, mas a natureza delas está na própria *crise estrutural do capitalismo*. Nesse entendimento, as crises cíclicas foram dialeticamente englobadas à *crise estrutural do capitalismo*. Para ele, “crises de intensidade e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel de sua esfera de dominação e operação” (MÉSZÁROS, 2002, p. 795). A dinâmica da *crise estrutural do capitalismo* está relacionada com seu caráter de dominação. Portanto, “a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação permanente de todas as crises” (MÉSZÁROS, 2002, p.795).

Nesse sentido, acreditamos que é possível encontrar aspectos do caráter dominatório do sistema capitalista, no próprio modo de ser de sua crise estrutural. Ao analisar detalhadamente a crise contemporânea, Mészáros apresenta quatro características fundamentais pelas quais se torna possível qualificá-la como crise estrutural do capitalismo. Em ordem são as seguintes características: 1) “seu *caráter universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial)”; 2) “Seu *alcance* verdadeiramente *global*, em lugar de limitado a um conjunto particular de países”; 3) “Sua *escala de tempo* é extensa, contínua, se preferir, permanente”; 4) “Seu modo de se desdobrar poderia ser chamado

⁴ Sobre os danos da Reforma da Previdência veja a entrevista de Rosa Maria Marques, professora do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC São Paulo. Em: <https://contee.org.br/tv-contee-entrevista-rosa-maria-marques-sobre-os-danos-da-reforma-da-previdencia/> Acesso em 18 jun. 2020.

de rastejante, desde de que acrescentemos a ressalva de que nem se quer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro (MÉSZÁROS, 2002, p.296). Abordemos com maior cuidado a primeira característica apresentada por Mézários, na perspectiva do “dinamismo cruel” de “dominação e operação” (MÉSZÁROS, 2002, p. 795) do sistema capitalista neoliberal.

Para ele, a crise econômica caminha à passos lentos, mas firmes e contínuos. Ela se estende não só de um país a outro – como aparece na segunda característica –, mas, antes, de uma esfera social para outra. A crise estrutural do capitalismo não se restringe apenas ao mundo das finanças globais, mas se expande a “todas as esferas da existência social”. Para Mézários, esta expansão dominatória acarreta um desgaste progressivo nas estruturas sociais pelas “medidas e instrumentos manipulatórios concebidos” para o enfrentamento da crise. Essas “medidas” já não produzem efeito, elas estão em “completo fracasso” (MÉSZÁROS, 2002, pp. 1007-1008). Nesse contexto, o aspecto mais grave está relacionado a “própria sobrevivência humana, a despeito da piora das condições socioeconômicas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 843). Portanto, a estrutura do sistema capitalista cria sua própria crise, domina, explora e mata as pessoas.

Dardot & Laval tem crítica semelhante a de Mézários à lógica de dominação e exploração do sistema capitalista neoliberal. Eles afirmam que “o capitalismo continua a desenvolver sua lógica implacável, mesmo demonstrando dia após dia uma temível incapacidade de dar a mínima solução às crises e aos desastres que ele próprio engendra” (2017, p. 11). Resulta dessa lógica “implacável” de expansão, o fato de o Estado ter deixado de ser “simplesmente o guardião vigilante desse quadro; ele próprio, em sua ação, é submetido à norma” do capitalismo neoliberal (2016, p.378). Para Oliveira, “isso significa que o capitalismo é um sistema marcado fundamentalmente por crises, que devem ser enfrentadas através da mediação do Estado” (OLIVEIRA, 1995, p. 59). Na submissão do Estado a racionalidade neoliberal, ele assume como suas as políticas neoliberais de enfrentamento da crise. Na contemporaneidade, “o mais importante na virada neoliberal foi a modificação das modalidades [do Estado] em nome da “racionalização” e da “modernização” da administração pública” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 231).

Se crise é um modo de existir do capitalismo neoliberal, os pobres não são os culpados pelas crises econômicas. Contudo, eles são sacrificados exatamente em nome da regulação financeira. Como vimos no item anterior, o discurso teológico dos sacrifícios legitima a injustiça e a morte dos pobres. A partir deste ponto buscaremos demonstrar como a presença de categorias teológicas na racionalidade neoliberal, presentes no discurso de seus defensores, mobiliza um determinado modo de vida no *ethos* capitalista.

3. O capitalismo neoliberal: idolatria e sacrifícios

Na obra *Crítica da Razão Utópica* (2013), Hinkelammert defende que, além do sistema capitalista não conseguir superar permanentemente suas crises pelas contradições de sua própria estrutura, a racionalidade neoliberal mobiliza um modo de vida no *ethos* capitalista porque funda um *marco categorial*. O marco categorial diz respeito a um ponto de vista composto por imperativos dessa racionalidade, a partir do qual as pessoas percebem a realidade “correspondente a tal sistema de propriedade como única realidade possível e humanamente aceitável” (HINKELAMMERT, 1983, p.19). Os imperativos que compõem o marco categorial são elaborados a partir da *reflexão transcendental*. Hinkelammert (2017) explica que a reflexão transcendental é a capacidade humana da razão de transcender categorias finitas para compor conceitos infinitos sobre o que é único, verdadeiro e bom. Esses imperativos transcendentais se organizam em dois *conceitos-limite*, sendo um *positivo* e outro *negativo*. No caso da racionalidade neoliberal, “o *conceito-limite positivo* aparece como concorrência perfeita, a idealização da sociedade burguesa e o *conceito-limite negativo* é “o caos produzido na lógica da constituição da sociedade socialista” (HINKELAMMERT, 2013, p.174). Desse modo, o conceito-limite positivo se torna um valor absoluto que mobiliza determinados modos de vida e, a partir dele, valores legítimos e os valores condenáveis (*conceito-limite negativo*).

Apesar do marco categorial ser formado por categorias transcendentais, ele não permanece no plano abstrato, mas, ao se tornar um valor absoluto, ele condiciona o ser humano “para a questão decisiva do dever-ser e para um tipo de leitura normativa e teleológica do universo humano do sentido” (LIMA VAZ, 1995, p. 57). Desse modo, Hinkelammert afirma que os conceitos transcendentais geram *ilusão transcendental*, ou seja, a “ilusão da factibilidade humana dos conceitos transcendentais” (SUNG, 1995, p. 227). Portanto, no contexto do capitalismo neoliberal, aparece agora um “programa específico de ação, uma espécie de ética social obrigada. Seu centro é, naturalmente, o mercado, ao qual Hayek imputa uma tendência automática ao equilíbrio. O mercado é o caminho para salvar-se do caos e aproximar-se do equilíbrio descrito pelo modelo do equilíbrio” (HINKELAMMERT, 2013, p. 174). O ser humano, em seus grupos ou instituições – como o Estado, principalmente – passa a orientar sua *praxis* e a discernir os meios para se atingir os fins a partir do valor absoluto do mercado.

Lima Vaz, em um artigo sobre *Mística e Política* fala sobre a força dos falsos absolutos na modernidade. A partir de uma concepção antropológica próxima de Hinkelammert, ele diz que o absoluto é fruto de uma inspiração gerada pela capacidade de abertura do humano ao absoluto. Entretanto, na modernidade a absolutização de ideologias (*pseudo-absolutos*) seduzem poderosamente a consciência humana lançando-a para “uma espécie de

experiência mística pervertida que exige imolação aos ídolos e, onipresente nesse fim de século, aos ídolos do mercado” (LIMA VAZ, 2000, p. 82). Do mesmo modo, para Hinkelammert, a absolutização do mercado, em nome da tendência ao equilíbrio que Hayek lhe atribuiu, e a consequente transfiguração ética “termina numa verdadeira idolatria do mercado” (2013, p. 176). Para Hugo Assmann, que escreveu com Hinkelammert a obra *A idolatria do Mercado*, o discurso sobre a idolatria na América Latina refere-se aos “ídolos que matam, porque exigem sacrifícios”, ou ainda, “se falamos em idolatria e ‘perversas teologias’, presentes na economia, é porque nos preocupa o sacrifício de vidas humanas legitimado por concepções idolátricas dos processos econômicos” (ASSMANN, 1989, p.12).

Em seu livro *Sacrifício humanos e sociedade ocidental* (1995), Hinkelammert procura as raízes da categoria sacrificial presente na racionalidade econômica neoliberal, nos mitos da filosofia clássica e na filosofia cristã da Idade Média. Lima Vaz (2012) parece ter intuído algo parecido ao buscar as raízes da modernidade no solo do século XIII. A metáfora das “raízes” indica uma transposição “genética”, ou seja, não se trata de uma simples “transposição ou ‘secularização’ das categorias teológicas cristãs, mas são categorias que “irão crescer, desenvolver-se e expandir-se sob a ação de múltiplos fatores na sociedade e na cultura”. Na modernidade tais categorias “gozam da sua própria legitimidade” (LIMA VAZ, 2002, p.29).

Hinkelammert (1995) aborda a categoria sacrificial a partir do mito grego de Ifigênia, apresentado por Eurípedes, e o utiliza como instrumental de interpretação da cultura ocidental. Na idade média, essa categoria aparece na imagem de Cristo por obra da teologia ortodoxa cristã, principalmente pelo esforço teológico de Anselmo de Canterbury. Como para Lima Vaz, esse processo não foi uma simples transposição, mas aconteceu sob a influência de muitos fatores, como o processo de conversão do cristianismo ao Império Romano. Mas, para Hinkelammert, a categoria sacrificial, que antes pertencia ao céu mítico da idade média, recebe forma secularizada na modernidade e, pelo processo de transposição, ela passa a gozar de legitimidade e vigência em todo o ocidente.

Segundo Hinkelammert, somente com a noção de sacrifício atribuída a Cristo é que o cristianismo pode ser integrado completamente pelo Império Romano, até se transformar em Império Cristão. Isso porque a categoria do sacrifício legitima a morte causada pela lei de dominação. Mas, como vimos no parágrafo anterior, essa noção nem sempre esteve em Jesus, mas houve um esforço teológico de inversão. Na mensagem cristã, há uma crítica a absolutização da lei. Na morte de Jesus, a lei é o sacrifício. “*La ley en su aplicacion ciega lleva a la muerte, inclusive a la muerte de Dios. A partir de esta idea, San Pablo destaca el pecado (hamartia) que se comete cumpliendo la ley, a lo cual se adhiere el evangelista San Juan*” (HINKELAMMERT, 2008, p.73). Para Deus o sacrifício de Jesus pela lei do Império Romano supera a necessidade de todos os sacrifícios. No Império Cristão, a lei de dominação é que “Cristo não seja crucificado outra vez”.

Outra vez a lei é o absoluto. Estamos falando, por exemplo, da motivação das cruzadas: lutar contra os inimigos que voltam a crucificar Cristo. Por essa lei se sacrifica os inimigos, para que Cristo não seja sacrificado novamente. Mas, "os cristãos não percebem sequer o fato de que voltam aos sacrifícios humanos". Eles "continuam acontecendo, porém se tornaram invisíveis" (HINKELAMMERT, 1991, p. 171).

Na esteira dessa reflexão, esse esquema sacrificial, que viemos a chamar de "categoria sacrificial", aparece na ideologia burguesa do século XVIII (HINKELAMMERT, 1991). Certamente não se trata de uma simples transposição, como indicara Lima Vaz, mas nesse período de confronto entre a legitimação intelectual do *novo* (pensamento moderno) em seu confronto com o *antigo* (pensamento medieval) se pode encontrar "as sementes que fizeram crescer "a grande árvore simbólica da modernidade" (LIMA VAZ, 2002, p.29). Então, ao surgir os primeiros brotos dessa árvore, no lugar do "Cristo sacrificado" aparece "a humanidade ofendida". No lugar do homem cristão, a serviço da honra do sacrifício de Cristo, "aparece o indivíduo proprietário". A ofensa à humanidade "é a negação da propriedade privada". Temos, portanto, a projeção do *marco categorial*. O sacrifício dos crucificadores "é substituída pela luta contra todos os que não se submeterem ao regime da propriedade privada" (HINKELAMMERT, 1991, p.174).

De acordo com Hinkelammert, na racionalidade neoliberal a categoria sacrificial aparece bem mais desenvolvida. Agora a noção de sacrifício aparece fortemente atrelada a promessa de salvação, em sua transfiguração ética isso tem efeitos desastrosos. "*Pero la promesa sigue*". Um dos grandes representantes da promessa neoliberal e de suas exigências é o ex-diretor do Fundo Monetário Internacional - FMI, o francês Michel Camdessus. Suas conferências eram verdadeiros discursos teológicos sobre esta promessa de salvação. "*El título de estas conferencias era: 'El mercado y el reino de Dios'*". (HINKELAMMERT, 2008, p.118). Para ele, o Reino de Deus e o Mercado estão articulados por uma dupla pertença. "*El mercado no es el reino de Dios, pero el mercado total es el mayor acercamiento al reino de Dios que podemos lograr en este mundo imperfecto*" (HINKELAMMERT, 2008, p.119). Aos economistas cabe construir o Reino de Deus por meio das políticas do FMI e suas imposições de ajustes estruturais. É uma *ilusão transcendental*, isto é, a pretensão de realização da *sociedade perfeita*. De forma mais secularizada Hayek expõe este caso do sacrifício dizendo que

Una sociedad libre requiere de ciertas morales que en última instancia se reducen a la manutención de vidas: no a la manutención de todas las vidas porque podría ser necesario sacrificar vidas individuales para preservar un número mayor de otras vidas. Por lo tanto las únicas reglas morales son las que llevan al 'cálculo de vidas': la propiedad y el contrato (HAYKE, 1981apud HINKELAMMERT, 1991, p. 179).

A noção de sacrifício humanos se instala na afirmação de Hayke com aspecto de normalidade, ou com aquela espécie de “mística pervertida” da qual fala Lima Vaz. A expressão “*sacrificar vidas individuales*” corresponde a deixar morrer milhares de pessoas pela falta de manutenção da vida. A categoria teológica/ideológica cobre a realidade com um véu religioso impondo um modo “sobre-natural” de ver e pensar. Não se trata apenas de sacrifícios, mas são sacrifícios necessários para se alcançar o sucesso, para a instauração de uma sociedade livre: o Reino de Deus/Mercado. É realização do *conceito-limite positivo* da racionalidade neoliberal: a idealização da sociedade burguesa. A moral fica reduzida ao cálculo de vidas. É moralmente condenável reivindicar justiça social ou falar sobre o valor da solidariedade em nome dos que morreram sem assistência. Essa reivindicação é expressão do *conceito-limite negativo*: – que pode ser identificado com Lúcifer – “o caos produzido na lógica da constituição da sociedade socialista” (HINKELAMMERT, 2013, p.174). Esse conjunto se torna o critério absoluto de organização do *ethos* capitalista e, portanto, mobiliza um novo modelo ético social.

4. Considerações finais

Retome-se a questão que Herrero coloca a ética na contemporaneidade. Ele diz o seguinte: “como redescobrir o valor ético da solidariedade se os mecanismos do dinheiro e do poder avocam para si a única capacidade de integração social, até planetária, na globalização econômica atual?” (2004, p.154). A partir do que vimos em nossa reflexão podemos dizer que redescobrir o valor ético da solidariedade é uma necessidade relacionada com a própria possibilidade de vida dos seres humanos. Mas, para tanto, é necessário superar a idolatria do mercado que a racionalidade neoliberal mobiliza no interior do *ethos* capitalista. À guisa de conclusão, apresentaremos três temas que, no âmbito de nossa crítica, nos parecem importantes para pensar como o valor da solidariedade pode romper com os valores vigentes no *ethos* capitalista.

4.1. O desvelamento da lógica idolátrica e sacrificial do *ethos* capitalista

Para Jung Mo Sung (2014), nas sociedades tradicionais era função da Religião impor um modo “sobre-natural” de pensar. “A fé, passou a ser reconhecida como o fêcho de abóbada do conhecimento humano” (LIMA VAZ, 1995, p. 60). Esse modo de conhecer “naturalizava as relações de ordem social” (SUNG, 2014, p. 312). Lima Vaz afirma que na modernidade “vários modelos de racionalidade reivindicam a sucessão da antiga razão

metafísica, mas não conseguem unificar o campo da Razão após a dissolução da “inteligência” espiritual (*noús* ou *mens*) que coroava o exercício da atividade racional” (1995, p. 60). Na esteira do que vimos até aqui, considerando até as preposições de Lima Vaz, é possível dizer que a racionalidade econômica ocupou o “fêcho de abóbada”, espaço da Religião e da razão metafísica de antanho, porque conseguiu produzir sua própria inteligência espiritual e “uma espécie de experiência mística perversa” (LIMA VAZ, 2000, p. 82). Sung afirma que “um sinal de que realmente a economia de mercado assumiu as funções da Religião em relação à ordem social [é que ela] fornece hoje o ‘modo natural’ de ver e interpretar todos os aspectos e esferas da vida” (SUNG, 2014, p. 312).

4.2. Contestar noção de culpa

O filósofo alemão Walter Benjamin, em seu famoso excerto intitulado *O capitalismo como Religião* (2013), busca relacionar elementos do romantismo alemão, do messianismo judaico e o materialismo dialético do marxismo para revelar a estrutura religiosa do capitalismo (LÖWY, 2013, pp. 7-12). Nesse texto, ele escreveu que o capitalismo é uma religião puramente cultural e de um culto de duração permanente. Uma das características desse culto é seu caráter culpabilizador. Benjamin diz que

Nesse aspecto, tal sistema religioso é decorrente de um movimento monstruoso. Uma monstruosa consciência de culpa que não sabe como expiar lança mão do culto, não para expiar essa culpa, mas para torna-la universal, para martelá-la na consciência e, por fim e acima de tudo, envolver o próprio Deus nessa culpa, para que ele se interesse pela expiação (BENJAMIN, 2013, p. 22).

A essência dessa religião cultural é a culpa, ou seja, nela parece vigorar uma lógica sistêmica culpabilizante sem saída. Desde os capitalistas até os mais pobres, ninguém é inocente, todos são culpados. Os ricos, culpados, estão em dívida com o seu capital. Os pobres, por não terem feito dinheiro e se endividarem, estão condenados. Os pobres são os culpados pela sua exclusão. Essa monstruosa consciência de culpa, sem possibilidade de expiação, leva as pessoas a condição do desespero. “Ela é a expansão do desespero ao estado religioso universal, do qual esperaria a salvação” (BENJAMIN, 2013, p.22). A única solução parece ser intensificar o sistema, pois ele se autocompreende como a única e necessária saída do desespero (COELHO, 2014; LOWY, 2007).

A partir da concepção de *culpa* relacionada a crítica do capitalismo como religião do desespero em Walter Benjamin, é possível aprofundar a reflexão de Paulo Arantes sobre uma “virada punitiva” da sociedade contemporânea desenvolvida em seu livro *O novo tempo do mundo* (2014). Ele defende que “uma onda punitiva varre o capitalismo contemporâneo, mas a sociedade punitiva não alcança o topo da pirâmide, nem mesmo seus

estratos médios, sua variação ocorre nas *zonas liminares* do subproletariado mundial” (ARANTES, 2014, p.100). Os pobres, que buscam sobreviver nas *zonas liminares*, são os que recebem as punições mais severas. A punição se efetiva por meio de medidas de controle socioeconômico, por exemplo, pelas medidas de austeridades, legitimadas pela necessidade de regulação do sistema capitalista que existe em “desordem permanente” (ARANTES, 2014, p. 109). Para Arantes essa virada punitiva é uma *categoria sacrificial*, ou seja, os que vivem nas *zonas liminares* é uma massa que pode ser vilipendiada e humilhada (2014).

4.3. Solidariedade em sociedades complexas

Para Assmann (2010), a solidariedade em si não é suficiente para superar a idolatria e os sacrifícios humanos. Para ele, a própria ética solidária deve “se encarnar em normatizações do convívio humano” por meio de “mecanismos institucionais solidários que funcionem de modo autorregulado” (SUNG, 2010, p.164) como possibilidade de superar a racionalidade neoliberal e suas consequências catastróficas. Assim, é possível que “as responsabilidades se intensifiquem, se estendam e, subsequentemente, se tornem a atenção constante para a justiça global – e resultem em uma política efetivamente guiada por princípios éticos (BAUMAM, 1998, p.85).

Referências

- ASSMANN, H.; HINKELAMMERT, F. *A idolatria do mercado*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- _____. *Deus em nós: o reinado que acontece no amor solidário aos pobres*. São Paulo: Paulus, 2010.
- ARANTES, P. E. *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a eras das emergências*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- COELHO, Allan da Silva. *Capitalismo como religião: uma crítica a seus fundamentos mítico-teológicos*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo: UESP, 2014.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. *Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DUSSEL, E. *Paulo de Tarso na filosofia política atual e outros ensaios*. São Paulo: Paulos 2016.

HERRERO, F. J. B. *O "ethos" atual e a ética*. Belo Horizonte: Síntese v. 31, nº 100, 2004, pp. 149-161.

HINKELAMMERT, F. *La vida o el capital. Antología esencial. El grito del sujeto vivo y corporal frente a la ley del mercado*. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

_____. *Crítica da razão utópica*. Chapecó: Argos, 2013.

_____. *Sacrifícios humanos e sociedade ocidental*. São Paulo: Paulus, 1995.

_____. Paradigmas e metamorfoses do sacrifício de vidas humanas. In. ASSAMANN, H. *René Girard com Teólogos da Libertação: um diálogo sobre ídolos e sacrifícios*. Petrópolis-Piracicaba: Vozes-Unimep, 1991.

_____. *As armas ideológicas da morte*. São Paulo: Paulinas, 1983.

KRUGMAN, P. R. *A crise de 2008 e a economia da depressão*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LÖWY, M. O capitalismo como religião: Walter Benjamin e Max Weber. In. JINKINGS, I. & PESCHANSKI (org.) *As utopias de Michel Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo, 2007.

LIMA VAZ, H. C. *Escritos de filosofia II: ética e cultura*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. *Raízes da modernidade: escritos de filosofia VII*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. *Experiência mística e filosofia na tradição ocidental*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. *Ética e razão moderna*. Belo Horizonte: Síntese v. 22, nº 68, 1995, pp. 53-84.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital – rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. MÉZÁROS, I. Crise dual. 2008. Disponível em http://resistir.info/meszaros/dual_crisis.html Acesso em 18 jun. 2020

OLIVEIRA, M. A. *Desafios éticos da globalização*. São Paulo: Paulinas, 2008.

_____. *Ética e economia*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

SUNG, J. M. *Mercado religioso e mercado como religião*. Belo Horizonte: Horizonte, v.12, n. 34, 2014, pp. 290-315.

_____. *Desejo, mercado e religião*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

_____. *Idolatria do dinheiro e direitos humanos: uma crítica teológica do novo mito do capitalismo*. São Paulo: Paulus, 2018.